



Brito & Sukiennik

Advogados Associados

Ano III – Nº 026 – Brasília, julho de 2010

Notícias do Escritório

- Brito & Sukiennik e Domeneghetti Adv. Ass. se unem em ofensiva no mercado Previdenciário

América do Sul - Política

- Brasil assume presidência do Parlasul em meio a debate sobre proporcionalidade

Meio Ambiente

- Lei municipal responsabiliza empresas por coleta de lixo
- Senado aprova Política Nacional de Resíduos Sólidos

Brazilian Issues

- Economies in Latin America Race Ahead

Notícias do Escritório



Brito & Sukiennik e Domeneghetti Adv. Ass. combinaram nesta quinta-feira [08/07/2010] uma estratégia conjunta para ganhar o mercado do Direito Previdenciário.

Maria de Fátima Domeneghetti, sócia administradora de **Domeneghetti Adv. Ass.**, e **Bernardo Pablo Sukiennik**, de **Brito & Sukiennik Adv. Ass. (B&S)**, anunciaram que os escritórios identificaram oportunidades no mercado de ações de revisão de aposentadorias, tanto públicas como privadas. Para atender a esse público, a primeira traz a experiência de sucesso, no ramo do Direito Previdenciário, atuando em Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e Minas Gerais. **B&S**, por sua vez, dará suporte para a consolidação desse novo serviço na Capital Federal.

A Dra. Domeneghetti destacou os recursos humanos, a estrutura física e tecnológica do parceiro como pontos-chaves para concretizar a aliança. O escritório de **B&S** está instalado em ponto estratégico de Brasília, a tradicional Asa Sul do Plano Piloto, a uma quadra da Avenida W3, próximo aos Tribunais, e órgãos de classe em nível nacional.

Brasil assume presidência do Parlasul em meio a debate sobre proporcionalidade

O Brasil assumirá a presidência do Parlamento do Mercosul durante a próxima sessão do organismo legislativo regional, a ser realizada no dia 9 de agosto, em Montevidéu. Atual vice-presidente pela representação brasileira, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) deverá ser confirmado como presidente do Parlasul apenas uma semana após a reunião de cúpula do Mercosul, que ocorrerá na cidade argentina de San Juan, quando estará em pauta a questão do critério de proporcionalidade para a composição futura do parlamento.

Assim como o próprio Mercosul, o parlamento é presidido a cada seis meses por cada um dos países integrantes do bloco - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Os presidentes dos quatro países se reunirão em San Juan para marcar a conclusão da presidência argentina. Seus ministros de Relações Exteriores e de Economia, que integram o Conselho do Mercosul, órgão decisório do bloco, analisarão paralelamente a instituição do chamado Critério de Representação Cidadã, que deverá garantir maior número de assentos no parlamento aos países de maior população.

Segundo a proposta que estará em debate, até 2014 o Brasil seria representado por 37 parlamentares, enquanto a Argentina teria 26 e Paraguai e Uruguai manteriam os seus atuais 18 parlamentares cada um. Depois de 2014, ano em que provavelmente ocorrerão eleições diretas no Brasil para a escolha dos representantes brasileiros no Parlasul, a população brasileira passaria a ser representada em Montevidéu, sede do parlamento, por 75 parlamentares. A Argentina teria 43, enquanto os dois países menores, Paraguai e Uruguai, manteriam seus 18 parlamentares cada. Caso se confirme a adesão da Venezuela, este país teria 30 representantes em Montevidéu.

Caberá ao Conselho do Mercosul a palavra final a respeito da adoção do critério de proporcionalidade, a partir de proposta enviada pelo parlamento. Por isso, a decisão a ser adotada em San Juan na primeira semana de agosto deverá ter repercussão direta na sessão do Parlasul a ser realizada uma semana depois. Ainda não há consenso a respeito da proposta encaminhada ao conselho pelo parlamento.

A eleição direta de representantes brasileiros, inicialmente prevista para 2010, foi adiada pela falta de definição a respeito do número de parlamentares que poderiam ser eleitos pelo país. Somente após a decisão a respeito do critério de proporcionalidade é que poderá ser regulamentada, pelo Congresso Nacional, a eleição dos futuros integrantes brasileiros no Parlamento do Mercosul.

Fonte: AGÊNCIA SENADO DE NOTÍCIAS. Brasil assume presidência do Parlasul em meio a debate sobre proporcionalidade. **Site oficial do Senado Federal do Brasil**. Brasília, jul. 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/vernoticia.aspx?codNoticia=103586&codAplicativo=2>

Lei municipal responsabiliza empresas por coleta de lixo

Hoje, a coleta da prefeitura de Curitiba recolhe cerca de 3 toneladas de resíduos sólidos todos os meses. Quem não destinar adequadamente pilhas, pneus e detrito eletrônico poderá receber multas que variam entre R\$ 100 e R\$ 10 milhões

Curitiba decidiu não esperar a aprovação de uma legislação nacional sobre o descarte de resíduos sólidos e criou uma lei municipal que prevê multas entre R\$ 100 e R\$ 10 milhões para consumidores e fabricantes que não destinarem corretamente pilhas, lâmpadas, pneus e lixo eletrônico. Em vigor há duas semanas, o texto prevê que os fabricantes se cadastrem na prefeitura e apresentem um plano de gerenciamento, mostrando como farão a coleta e o tratamento dos materiais.

Para a prefeitura, a lei municipal não fere a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que, após ficar mais de duas décadas em debate no Congresso Nacional, foi finalmente aprovada na semana passada e agora espera pela sanção do presidente Lula para passar a valer. Elas são, na verdade, complementares. A ideia principal presente em ambas é a responsabilidade compartilhada. Cada envolvido com o lixo é responsável por um descarte que não prejudique o meio ambiente. A partir de um ano da publicação, o poder público não vai mais utilizar recursos municipais nesse processo. Hoje, a coleta da prefeitura recolhe cerca de três toneladas todos os meses voluntariamente. Uma empresa terceirizada trata os resíduos.

Segundo o superintendente de Controle Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), Márcio Raseira, a lei dá clareza e ordenamento a este processo. “Não existe hoje legislação semelhante. Com o plano, serão definidos os locais de coleta, a frequência e o tratamento.” A fiscalização será feita por técnicos da SMMA. Para ele, as leis se complementam porque é nos municípios que a coleta ocorre, por isso o detalhamento deve levar em conta particularidades do local. Sobre a responsabilização das empresas, ele admite que algumas até poderão reclamar, mas terão de cumprir. O mesmo vai ocorrer com o distribuidor e consumidor. “Estão previstas inclusive campanhas de conscientização”, lembra o coordenador.

Raseira afirma que, além da legislação, o município também foi pioneiro ao impedir, duas décadas atrás, que o lixo tóxico fosse encaminhado ao aterro sanitário de Curitiba, conhecido como Caximba.

Antecipação

O engenheiro civil especializado em Engenharia Sanitária Fernando Salino argumenta que Curitiba se antecipou e manteve conceitos importantes como a logística reversa. “Esta ideia da participação dos produtores no descarte está presente no mundo todo. A lei nacional é como um plano diretor, que dá as diretrizes.” Ele afirma que a prefeitura poderia ter incluído também os medicamentos vencidos entre os lixos que terão um destino especial.

Esses itens foram escolhidos porque representam algum tipo de perigo para a saúde humana e para o meio ambiente. Salino afirma que boa parte desses dejetos produzidos vêm de grandes poluidores, mas também está presente em pequenas quantidades no lixo doméstico. Por isso é preciso ficar atento. Os pneus, por exemplo, apesar de não serem tóxicos, foram incluídos porque prejudicam a compactação dos aterros.

Salino afirma que os fabricantes estão investindo em pesquisa para criar um destino sustentável aos restos de seus produtos. Já existe destinação alternativas para os pneus, que podem ser utilizados em mistura de asfalto ou ser transformados em manta de impermeabilização nos aterros. Com as lâmpadas ocorre um processo semelhante. Há uma separação dos componentes químicos e o vidro é reciclado.

Bom exemplo

Em Londrina, a iniciativa de uma organização não governamental ajudou a dar uma solução simples para componentes eletrônicos sem uso. A E-Lixo coleta materiais de todo o país sem custo nenhum para os doadores. As peças utilizáveis são selecionadas e revendidas. Com a doação, computadores são montados e destinados a escolas públicas. Nos últimos dois anos, foram mais de 300.

A lógica é simples: em vez de irem parar em lixões, os componentes eletrônicos, plásticos e qualquer tipo de material utilizável são reciclados. A ideia foi do técnico de informática Alex Gonçalves, que pretende expandir a ONG para outras partes do estado. “Mas para isso precisamos dos fabricantes. Eles são uma parte extremamente importante. A responsabilidade que eles precisam ter sobre seus produtos é semelhante à de (quem tem) um filho”.

Legislação

Conheça as regras brasileiras sobre a coleta e a destinação adequada de resíduos sólidos:

Nova lei

- São definidos resíduos especiais os seguintes itens: pneus, pilhas e baterias; lâmpadas, embalagens de tintas, solventes e óleos lubrificantes; equipamentos e componentes eletroeletrônicos.
- Os fabricantes nacionais, importadores, distribuidores e os revendedores desses produtos são responsáveis pela coleta nos pontos de venda, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequados dos resíduos.

O descumprimento implicará nas seguintes penalidades:

- Consumidores finais: multa de R\$ 100 a R\$ 10 mil.
 - Revendedores: multa de R\$ 500 a R\$ 50 mil.
 - Fabricantes e importadores: pela falta do cadastro R\$ 10 mil a R\$ 10 milhões.
 - Pela não apresentação, não implementação ou descumprimento parcial ou total do Plano de Gerenciamento: multa de R\$ 10 mil a R\$ 10 milhões.
- Distribuidores: multa de R\$ 10 mil a R\$ 100 mil.

Outras leis:

- Legislação federal: foi aprovada no Congresso Nacional na semana passada e aguarda a sanção do presidente. Traz os conceitos de responsabilidade compartilhada e a logística

reversa. Assim, todos os envolvidos no processo são responsabilizados pelo descarte sustentável.

- Há resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente que definem normas específicas para cada tipo de item.

- Legislação estadual: há um processo semelhante ao federal em curso no estado. Está sendo elaborado um plano estadual e há leis específicas para cada tipo de item.

Riscos

Veja por que cada tipo de resíduo é prejudicial ao meio ambiente e à saúde:

Pilhas - São feitas de componentes químicos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Entre as substâncias estão o mercúrio, que quando acumulado no corpo humano pode causar lesões cerebrais graves; o cádmio, que é danoso aos rins; e o chumbo, que causa danos ao sistema nervoso.

Pneus - Foram incorporados às legislações porque prejudicavam a compactação dos aterros. Assim, como não são compatíveis com a destinação final dos resíduos domiciliares, ficaram sob a responsabilidade dos fabricantes.

Lâmpadas fluorescentes - Também contêm mercúrio. Ao serem quebradas, esse componente químico é liberado em forma de gás. Tanto a inalação quando qualquer tipo de contato são prejudiciais.

Componentes eletroeletrônicos - Com o grande aumento do consumo nos últimos anos, o descarte desse tipo de produto se tornou um problema. Itens como computadores e geladeiras não podem ir para aterros com o lixo doméstico, porque dificultam a compactação e podem ter componentes prejudiciais.

Fonte: GAZETA DO POVO. Lei municipal responsabiliza empresas por coleta de lixo. **Página oficial da Gazeta do Povo.** Curitiba, jul. 2010. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=1024001&tit=Lei-municipal-responsabiliza-empresas-por-coleta-de-lixo>

Senado aprova Política Nacional de Resíduos Sólidos

O Senado aprovou na quarta-feira, 7 de julho, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). O projeto pretende reduzir a geração de resíduos, incentivar a reciclagem e determinar o que fazer com o lixo remanescente. A proposta, que também busca obrigar fabricantes, importadores, distribuidores e vendedores a recolher embalagens usadas, segue agora para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Considerada como uma das principais medidas da PNRS, a chamada "logística inversa", referente à responsabilidade das empresas sobre o recolhimento das embalagens usadas também valeria para o setor de agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes, eletroeletrônicos e para todos os tipos de lâmpadas. O projeto determina ainda as áreas possíveis para a construção de aterros sanitários, além de tratar da possibilidade de incineração de lixo para evitar o acúmulo de resíduos.

"Hoje você tem legislações diversas nos estados e nos municípios. Agora teremos diretrizes gerais para disciplinar o manejo, e todos os municípios terão um prazo de quatro anos para fazer um plano de manejo dos resíduos sólidos", afirmou ao portal G1 o senador César Borges (PR-BA), um dos relatores do projeto. Ele destacou que a PNRS prevê a intenção de se reaproveitar ao máximo os resíduos sólidos, como no caso das latas de alumínio, que são quase 100% reaproveitadas no Brasil. O parlamentar defende que é possível elevar o percentual de aproveitamento em outras áreas.

Um dos dispositivos do projeto estabelece que o resíduo sólido reutilizável e reciclável é um "bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania". A lei vai disciplinar o tratamento desse material em todo o país, por meio de planos municipais e regionais, além do plano nacional, que será gerido pelo Ministério do Meio Ambiente. Em quatro anos, todos os municípios deverão ter um plano diretor a respeito.

Descumprimento

Caso a lei que tramita há 21 anos seja aprovada, nos casos máximos de desrespeito o infrator que não der a destinação correta ao lixo, poderá ser enquadrado na legislação de crimes ambientais, que prevê até reclusão. A pena, no entanto, não se aplica no caso do lixo doméstico.

Para a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o resultado da votação das comissões no Senado simbolizam um momento histórico. "Este projeto mostra a importância do meio ambiente e procura resolver o

maior problema ambiental do país hoje que é esta questão dos resíduos sólidos." Ela salientou o caráter educativo das punições previstas. "Quando você adota uma penalização, está também trazendo ela para a regularização." Segundo a chefe da pasta ambiental do governo, o projeto coloca na lei o conceito de que não é só responsabilidade do poder público a questão dos resíduos sólidos, mas também de quem produz e consome produtos que geram lixo.

Dados

As cidades brasileiras produzem 150 mil toneladas de lixo por dia, das quais 59% são destinadas aos lixões. Apenas 13% do lixo do país vão para aterros sanitários. Dos 5.564 municípios do Brasil, apenas 405 tinham serviço de coleta seletiva em 2008.

Fonte: ECO DESENVOLVIMENTO. Senado aprova Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Página oficial da Eco Desenvolvimento.** Brasília, jul. 2010. Disponível em: <http://www.ecodesenvolvimento.org.br/noticias/politica-nacional-de-residuos-solidos-e-aprovada>

Economies in Latin America Race Ahead

LIMA, Peru — While the United States and Europe fret over huge deficits and threats to a fragile recovery, this region has a surprise in store. Latin America, beset in the past by debt defaults, currency devaluations and the need for bailouts from rich countries, is experiencing robust economic growth that is the envy of its northern counterparts.

Strong demand in Asia for commodities like iron ore, tin and gold, combined with policies in several Latin American economies that help control deficits and keep inflation low, are encouraging investment and fueling much of the growth. The World Bank forecasts that the region's economy will grow 4.5 percent this year.

Recent growth spurts around Latin America have surpassed the expectations of many governments themselves. Brazil, the region's rising power, is leading the regional recovery from the downturn of 2009, growing 9 percent in the first quarter from the same period last year. Brazil's central bank said Wednesday that growth for 2010 could reach 7.3 percent, the nation's fastest expansion in 24 years.

After a sharp contraction last year, Mexico's economy grew 4.3 percent in the first quarter and may reach 5 percent this year, the Mexican government has said, possibly outpacing the economy in the United States.

Smaller countries are also growing fast. Here in Peru, where memories are still raw of an economy in tatters from hyperinflation and a brutal, two-decade war against Maoist rebels that left almost 70,000 people dead, gross domestic product surged 9.3 percent in April from the same month of last year.

"We're witnessing what are probably the best economic conditions in Peru in my lifetime," said Mario Zamora, 70, who owns six pharmacies in Los Olivos, a bustling working-class district of northern Lima where thousands of poor migrants from Peru's highlands have settled.

Vibrancy mixes with grit around his pharmacies. A Domino's Pizza vies for customers with Peruvian-Chinese restaurants called chifas. Motorcycle taxis deliver passengers to nightclubs. Competition, in the form of a newly arrived Chilean pharmacy chain, looms around the corner from his main store.

Los Olivos offers a glimpse into the growth lifting parts of Latin America out of poverty, but big exceptions persist. In Venezuela, electricity shortages and fears of expropriations caused gross domestic product to shrink 5.8 percent in the first quarter.

But Venezuela, and to a lesser extent Ecuador, another oil-dependent country that lags behind its neighbors in growth, seem to be exceptions to a broader trend.

Even small countries ideologically aligned with Venezuela have adopted pragmatic policies and are faring well. While Europe was gripped by fears of contagion from Greece's debt crisis, the credit rating agency Standard & Poor's upgraded Bolivia in May, citing its sound public finances.

Latin America's growth largely reflects a deepening engagement with Asia, where China and other countries are also growing fast. China surpassed the United States last year as Brazil's top trading partner, and is the second largest trading partner in countries like Venezuela and Colombia, Washington's top ally in the region.

Some scholars of Latin America's economic history of ups and downs say the robust recovery may be too

good to last, pointing to volatile politics in some places, excessive reliance on commodity exports and the risks of sharply increasing trade with China.

Michael Pettis, a specialist at Peking University in Beijing on China's financial links with developing countries, said the region was especially exposed to Chinese policies that had driven up global demand for commodities, including what appears to be Chinese stockpiling of commodities.

"Within China there is a ferocious debate over the sustainability of this investment-driven growth," Mr. Pettis said. "I'm worried that too few policy makers in Latin America are aware of the debate and of the vulnerability this creates in Latin America."

Other economists, including Nicolás Eyzaguirre, director of the Western Hemisphere department of the International Monetary Fund, suggest that low international interest rates, another factor supporting Latin America's growth, will not last much longer. Even so, they applaud home-grown policies that are supporting growth.

Chile, for instance, saved revenues from copper exports when commodities prices climbed, allowing it to enact a stimulus plan last year and rebound from the February earthquake. Chile's economy grew 8.2 percent in April from the previous month, its biggest increase since 1996.

"This time around, the positive shock is probably even better, since some countries saved at least part of their windfall from the good years," Mr. Eyzaguirre said.

Within the fund itself, Latin America's recovery is translating into new political sway, particularly for Brazil, which has paid its debt to the fund and is seeking to enhance its voting stake in it. As Brazil posts China-level growth, President Luiz Inácio Lula da Silva is nurturing soft-power ambitions, with ventures like a state television station that will broadcast to African nations.

David Rothkopf, a former Commerce Department official in the Clinton administration, pointed to the dozens of embassies and consulates that Mr. da Silva has opened around the world.

"Like other Latin American countries, Brazil needs to improve its infrastructure and train more engineers," Mr. Rothkopf said, "but it embodies the rise of emerging powers, one of the great themes of this century."

Peru, whose economic growth is expected to rival or outstrip Brazil's over the next several years, exemplifies the challenges remaining in a sizzling economy.

The country boasts nimble companies like Ajegroup, founded during the chaos of the 1980s. Now the company's soft drinks compete with giants like Coca-Cola, not just in Peru but in other Latin American countries as well.

Foreign investment has flowed into Peru, largely in mining. But this investment reveals both weaknesses and strengths. Mining accounts for about 8 percent of economic activity, but about half of tax revenues, creating problems if commodities prices fall, said Pedro Pablo Kuczynski, a former finance minister here.

Deep inequalities also persist, especially between the capital, Lima, and the Andean highlands and the forests of the Amazon basin, where factions of the Shining Path guerrilla group feed off the cocaine trade. As much as 70 percent of the labor force still works outside the tax system, depriving workers of benefits and the government of revenue.

But some of what glitters in Peru's boom seems to be paving the way for lasting prosperity. Felipe Castillo, 60, mayor of Los Olivos, is investing tax proceeds in a new low-tuition municipal university for 4,000 students. He gazed recently at the 11-story structure, in a slum that has begun to take on the trappings of a lower-middle-class district.

"Maybe the students at this institution will look at the mistakes of our economic policy in the past as the tragic features of a bygone era," Mr. Castillo said.

Source: Written by Simon Romero and Andrea Zárata contributed reporting from Lima. Economies in Latin America Race Ahead. **Website of The New York Times.** Brasilia, Jul. 2010. Available on:

Contato

Brito & Sukiennik - Advogados Associados

www.advogadosdomercosul.com

www.abogadosdelmercosur.com

www.mercosurlawyers.com

SEPS 707/907 BI "E" sl 410
Ed San Marino - Asa Sul
70390-078 Brasília - DF-Brasil

Tel: +55 61 3242-8933

Este correio eletrônico foi enviado porque julgamos que os assuntos nele tratados são de seu interesse. Caso você não queira receber outras mensagens com notícias, por favor, envie, por meio de seu endereço de e-mail, uma mensagem com assunto "REMOVED" para o remetente.
